

PROCESSO SELETIVO

Caderno de Provas

Data de aplicação: 10/03/2013

119 - ADI - NÍVEL SUPERIOR ESPECIALISTA - CONVÊNIOS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

CHAVE DE SEGURANÇA:
E S P C 7 0

1. Confira se seu CADERNO DE PROVAS corresponde ao cargo escolhido em sua inscrição. Este caderno contém setenta questões objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 70, uma prova discursiva e uma folha rascunho.
2. Caso esteja incompleto ou contenha algum defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
3. O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, que serão entregues pelo fiscal durante a prova, são os únicos documentos válidos para a correção das questões objetivas e da prova discursiva expostas neste caderno.
4. Quando o CARTÃO-RESPOSTA estiver em suas mãos, confira-o para saber se está em ordem e se corresponde ao seu nome. Em caso de dúvidas, solicite orientação ao fiscal.
5. Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de sua resposta para a prova discursiva, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
6. No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondente às suas respostas deve ser feita com caneta esferográfica azul ou preta. O preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade.
7. Não danifique o CARTÃO-RESPOSTA ou a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, pois em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato.
8. Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras: A, B, C, D e E, havendo apenas uma que responde ao quesito proposto. O candidato deve assinalar uma resposta. Marcação rasurada, emendada, com campo de marcação não preenchido ou com marcação dupla não será considerada.
9. A duração total das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, incluindo o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova -, à transcrição do texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva e ao preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA.
10. Reserve, no mínimo, os 25 minutos finais para preencher o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento.
11. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 hora após o início das provas e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos 60 minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.
12. É terminantemente proibido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA da prova objetiva.
13. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
14. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o CARTÃO-RESPOSTA, a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO e deixe o local de prova.



INFORMAÇÕES

- **11/03/2013** - A partir das 15h (horário de Brasília) – Divulgação do Gabarito Preliminar das provas objetivas.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- **A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no CARTÃO-RESPOSTA poderá implicar a anulação da sua prova.**

QUESTÃO 1

Assinale a alternativa correta com relação à adequada conceituação de Convênios.

- (A) Instrumento que disciplina a transferência de recursos públicos e tenha como participantes órgão da Administração Pública e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum mediante mútua colaboração.
- (B) Instrumento qualquer que discipline a transferência de recursos públicos e privados e tenha como partícipe órgão da Administração Pública federal, estadual ou municipal que esteja gerindo recursos da União visando à execução de projetos da Administração Pública por mútua colaboração.
- (C) Instrumento financeiro que disciplina a transferência de recursos públicos e privados e tenha como participantes órgão da Administração Pública e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum mediante mútua colaboração.
- (D) Instrumento jurídico que disciplina a transferência de recursos e tenha como participantes órgão da Administração Pública e entidades para a realização de objetivos de interesse comum.
- (E) Instrumento econômico que discipline a transferência de recursos públicos e privados e tenha como partícipe órgão da Administração Pública federal, estadual ou municipal que esteja gerindo recursos da Administração Direta ou Indireta visando à execução de projetos da Administração Pública por mútua colaboração.

QUESTÃO 2

É correto afirmar que são diferenças entre Convênios e Contratos:

- (A) O contrato é firmado entre partícipes com interesses opostos e objetivo lucrativo, ao passo que o Convênio é firmado entre as partes com interesses comuns e com objetivo lucrativo, necessariamente.
- (B) O contrato é realizado entre partes com interesses comuns, ao passo que o Convênio é firmado entre partícipes com interesses homogêneos, ambos objetivando fins lucrativos.
- (C) O convênio é firmado entre partes com interesses opostos, ao passo que o contrato é firmado entre partícipes com interesses comuns, sendo este com fins lucrativos.
- (D) O contrato é firmado entre partes com interesses opostos e com objetivo de lucro, ao passo que o convênio é firmado entre partícipes com interesses comuns e sem fins lucrativos.
- (E) O convênio possui interesses institucionais que visam ao lucro entre os partícipes, ao passo que o contrato nem sempre busca o lucro entre as partes.

QUESTÃO 3

Para a adequada diferenciação técnica entre Contrato e Convênio, critérios foram ajustados para auxiliar o Poder Público na opção entre cada instituto, no momento de contratar ou firmar convênios. Sobre a importância dessa diferenciação, aponte o item correto.

- (A) A diferenciação entre contratos e convênios é basicamente uma diferenciação legislativa, e não prática, uma vez que existem dotações orçamentárias diferenciadas para cada instituto.
- (B) Os convênios são criados para duas finalidades distintas do contrato: devem ser suficientes para se evitar a fuga do processo licitatório e também se reger por normas definidas em Instruções Normativas do Poder Público.
- (C) Os institutos do contrato e convênio são regidos por regimes jurídicos distintos, apesar de ambos objetivarem o lucro mínimo permitido em lei e serem realizados entre as partes, e não entre partícipes.
- (D) Os critérios são ajustados de forma diferenciada, por meio da legislação específica de cada ente da federação e mediante um acordo entre as partes, seja por meio de contrato ou convênios, de acordo com o Princípio da Autonomia.
- (E) Os contratos firmados pela Administração Pública devem estar de acordo com os limites mínimos estabelecidos pela legislação pertinente, ao passo que os convênios englobam maior abertura de negociação entre o Poder Público e os particulares, uma vez que não existe uma legislação limitadora de seus requisitos.

QUESTÃO 4

Julgue as alternativas e assinale a correta, de acordo com os itens e na sequência exigida pela legislação quanto às fases do convênio.

- (A) Propositura econômica; celebração ou formalização; execução contratual; e prestação de contas.
- (B) Celebração ou formalização; proposição formal; execução da obra; e prestação de contas.
- (C) Prestação de contas preliminar; propositura econômico-financeira; celebração ou formalização; e execução.
- (D) Prestação de contas preliminar; celebração ou formalização; proposição; e execução da obra.
- (E) Proposição; celebração ou formalização; execução; e prestação de contas.

QUESTÃO 5

Analise as afirmações a respeito das fases de celebração do Convênio.

- I. A Proposição do convênio deve seguir os seguintes requisitos: identificação das necessidades da coletividade, Planos de Trabalho e Limites de Contrapartida; bem como o custo do projeto proposto e o Projeto Básico.
- II. A Celebração do convênio exige regularidade com a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRD, bem como certidões negativas e também limites de endividamento e certificação dos dados constantes da proposta, quais sejam: Plano de Trabalho, Orçamento e Projeto Básico.
- III. A fase de Execução do convênio exige a utilização dos recursos na finalidade pactuada, bem como Conta Específica e Documentos Comprobatórios.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I.
- (B) somente II.
- (C) somente III.
- (D) todas.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 6

Conforme o disposto no Decreto nº 6.170/2007, atualizado pela Portaria Interministerial nº 507/2011, é correto afirmar sobre o objeto do Decreto em questão:

- (A) O Decreto legisla, originalmente, sobre os convênios e contratos de repasse e termos de cooperação celebrados pelos órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual e municipal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União e estados membros.
- (B) O Decreto regulamenta os convênios, contratos de repasse e termos de cooperação celebrados pelos órgãos ou entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas com fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse da administração pública que envolvam a transferência de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.
- (C) O Decreto regulamenta os convênios, contratos de repasse e termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.
- (D) O Decreto legisla, originalmente, sobre convênios, contratos de repasse e termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal com órgãos ou entidades públicas com fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União e estados membros.

- (E) O Decreto regulamenta os convênios, contratos de repasse e termos de cooperação celebrados pelos órgãos ou entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse da administração pública que envolvam a transferência de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União e estados membros.

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa incorreta a respeito dos conceitos envolvidos no Decreto nº 6.170/2007, atualizado pela Portaria Interministerial nº 507/2011.

- (A) Concedente: órgão da administração pública federal direta ou indireta, responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio.
- (B) Contratante: órgão ou entidade da administração pública direta e indireta da União que pactua a execução de programa, projeto, atividade ou evento, por intermédio de instituição financeira federal (mandatária) mediante a celebração de contrato de repasse.
- (C) Conveniente: órgão ou entidade da administração pública direta e indireta, de qualquer esfera de governo, bem como entidade privada sem fins lucrativos, com o qual a administração federal pactua a execução de programa, projeto/atividade ou evento mediante a celebração de convênio.
- (D) Interveniente: órgão do Ministério Público de qualquer esfera do governo, ou entidade privada que participe do convênio para se manifestar sobre o cumprimento das ações pactuadas pelas partes atuantes.
- (E) Termo Aditivo: instrumento que tenha por objeto a modificação do convênio já celebrado, vedada a alteração do objeto aprovado.

QUESTÃO 8

É vedada a celebração de convênios e contratos de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham, em suas relações anteriores com a União, incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas, exceto:

- (A) Omissão no dever de prestar contas; e descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.
- (B) Desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos; e ocorrência de dano ao Erário.
- (C) Ocorrência de dano ao Erário; e prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.
- (D) Descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria; e prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.
- (E) Ocorrência de dano ao Erário; e prática de atos lícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.

QUESTÃO 9

É vedada a celebração de convênios e contratos de repasse com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a cem mil reais, ou no caso de execução de obras ou serviços de engenharia, exceto elaboração de projetos de engenharia nos quais o valor da transferência da União seja inferior a duzentos e cinquenta mil reais. Para fins do alcance do limite estabelecido em questão, permite-se:

- (A) Consorciamento entre órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (B) Celebração de convênios ou contratos de repasse com objeto que englobe vários programas e ações federais e estaduais a serem executados de forma descentralizada, devendo o objeto conter a descrição pormenorizada e objetiva de todas as atividades a serem realizadas com recursos federais e estaduais.
- (C) Consorciamento entre órgãos e entidades da administração pública direta Federal, exclusivamente.
- (D) Celebração de convênios ou contratos de repasse com objeto que englobe vários programas e ações federais a serem executados de forma centralizada, devendo o objeto conter a descrição genérica de todas as atividades a serem realizadas com os recursos federais.
- (E) Consorciamento entre órgãos da administração pública indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

QUESTÃO 10

As entidades privadas sem fins lucrativos que pretendam celebrar convênio ou contrato de repasse com órgãos e entidades da administração pública federal deverão realizar cadastro prévio no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme normas do órgão central do sistema. Para esse cadastramento serão exigidos, exceto:

- (A) Cópia do estatuto social atualizado da entidade; e comprovante do exercício nos últimos três anos, pela entidade privada sem fins lucrativos, de atividades referentes à matéria objeto do convênio ou contrato de repasse que pretenda celebrar com órgãos e entidades da administração pública federal.
- (B) Relação nominal atualizada de todos os participantes da entidade, com Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.
- (C) Declaração do dirigente da entidade: acerca da não existência de dívida com o Poder Público, bem como quanto à sua inscrição nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito; e informando se os dirigentes ocupam cargo ou emprego público na administração pública federal.
- (D) Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- (E) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, Distrital e Municipal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

QUESTÃO 11

A respeito do cadastro prévio no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, é incorreto afirmar que:

- (A) O Cadastramento de que trata o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV poderá ser realizado em qualquer órgão ou entidade concedente.
- (B) O Cadastramento de que trata o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV permite a celebração de convênios ou contratos de repasse enquanto estiver válido o cadastramento, exclusivamente.
- (C) Verificada falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado, deve o Convênio ou Contrato de Repasse ser imediatamente denunciado pelo concedente ou contratado.
- (D) A realização do Cadastro Prévio no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV não será exigida até 1º de setembro de 2008, por força do Decreto nº 6.497/2008.
- (E) O cadastramento da entidade privada com fins lucrativos no SICONV, no que se refere à comprovação dos requisitos legais, deverá ser aprovado pelo órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela matéria objeto do convênio ou contrato de repasse que se pretenda celebrar.

QUESTÃO 12

O Chamamento Público é instrumento definido pelo Decreto nº 6.170/2007, atualizado pela Portaria Interministerial nº 507/2011. Sobre os termos do Chamamento Público, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A celebração de convênio ou contrato de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos será precedida de Chamamento Público a ser realizado pelo órgão ou entidade concedente, visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.
- (B) Deverá ser dada publicidade ao Chamamento Público, inclusive quanto ao seu resultado.
- (C) Conforme o Princípio da Publicidade dos atos administrativos, o Chamamento Público deverá ser divulgado na primeira página do sítio oficial do órgão ou entidade concedente, bem como no Portal dos Convênios.
- (D) O Chamamento Público deverá estabelecer critérios objetivos visando à aferição da qualificação técnica e capacidade operacional do conveniente para a gestão do convênio.
- (E) A celebração de convênio ou contrato de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos precedida de Chamamento Público deve ser realizada mediante análise financeira e econômica por meio da entidade concedente, publicado em Diário Oficial da União na primeira página e assinado pelo chefe do Poder Público.

QUESTÃO 13

Conforme as disposições legais a respeito das transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas, decorrentes da celebração de convênios e contratos de repasse, é incorreto afirmar que:

- (A) Serão feitas por intermédio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Casa Civil da Presidência da República, bem como por instituição financeira controlada pela União, que poderá atuar como mandatária desta para execução e fiscalização, por definição do Decreto nº 6.428/2008.
- (B) Os pagamentos à conta de recursos recebidos da União estão sujeitos à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
- (C) Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação, pelo banco, do beneficiário do pagamento, poderão ser realizados pagamentos a beneficiários finais pessoas físicas que não possuam conta bancária, observados os limites fixados na lei.
- (D) Toda movimentação de recursos de que trata a legislação pertinente, por parte dos convenientes, executores e instituições financeiras autorizadas, será realizada observando-se os seguintes preceitos: movimentação mediante conta bancária específica para cada instrumento de transferência; pagamentos realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento, por ato da autoridade máxima do concedente ou contratante; e transferência das informações mencionadas na legislação ao SIAFI e ao Portal de Convênios, em meio magnético, conforme determinação legal.
- (E) Os recursos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira pública federal se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

QUESTÃO 14

A celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas de convênios, contratos de repasse e termos de parceria serão registrados no SICONV, que será aberto ao público, via rede mundial de computadores, por meio de página específica denominada Portal dos Convênios. A respeito da Comissão Gestora do SICONV, que funcionará como órgão central do sistema, fazem parte de sua composição os seguintes representantes de órgãos, exceto:

- (A) Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.
- (B) Secretaria Financeira do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- (C) Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- (D) Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- (E) Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.

QUESTÃO 15

Com relação às Disposições Finais e Transitórias do Decreto nº 6.170/2007, atualizado pela Portaria Interministerial nº 507/2011, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os órgãos e entidades concedentes deverão publicar, até cento e vinte dias após a publicação do Decreto em análise, a relação dos objetos de convênios que são passíveis de padronização; essa relação deverá ser revista e republicada anualmente.
- (B) Observados os princípios da economicidade e da publicidade, ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União disciplinará a possibilidade de arquivamento de convênios com prazo de vigência encerrado há mais de cinco anos e que tenham valor registrado de até cem mil reais.
- (C) Os Ministros de Estado da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Controle e da Transparência editarão atos separados e individuais para execução no disposto no Decreto em questão.
- (D) Os atos dos Ministros de Estado da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Controle e da Transparência poderão dispor sobre regime de procedimento específico de acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, aplicável àqueles de até setecentos e cinquenta mil reais.
- (E) Os órgãos e entidades que possuam sistema próprio de gestão de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria deverão promover a integração eletrônica dos dados relativos às suas transferências ao SICONV, passando a realizar diretamente nesse sistema os procedimentos de liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização, execução e prestação de contas, por meio do Decreto nº 7.641/2011.

QUESTÃO 16

A respeito do Regulamento dos Procedimentos para Celebração de Convênios e Acordos de Cooperação Técnica da ABDI, é incorreto afirmar sobre os princípios reguladores que:

- (A) A ABDI tem por objeto promover a execução de políticas de desenvolvimento econômico e industrial, especialmente as que contribuam para a geração de emprego e renda, em consonância com as políticas do Ministério do Trabalho, comércio exterior, ciência e tecnologia, podendo para tanto buscar o estabelecimento de parcerias com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais.
- (B) A ABDI articulará com órgãos públicos, entidades privadas sem fins lucrativos, cooperativas ou consórcios o desenvolvimento de ações que contribuam para o desenvolvimento industrial e, em especial, com os programas e projetos estabelecidos pela política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.
- (C) A ABDI promoverá a execução de convênios de política industrial com a aplicação de recursos próprios ou de terceiros.
- (D) Se a ABDI, em razão do estabelecimento de parceria com terceiros, receber recursos para aplicação em projetos de promoção da execução de políticas de desenvolvimento industrial, observará e fará observar as regras e condições estabelecidas pelas entidades supridoras dos recursos.
- (E) O executor, quando da execução de despesas com os recursos transferidos pela ABDI, se sujeita às regras de direito público; caso seja pessoa jurídica privada sem fins lucrativos, aos princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessárias, nesse caso, no mínimo três cotações prévias de preços no mercado antes da celebração dos contratos.

QUESTÃO 17

As instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, interessadas em estabelecer parceria com a ABDI, deverão encaminhar suas propostas por ofício do proponente anexando o Plano de Trabalho, no caso de Convênios, acompanhado dos seguintes documentos institucionais, exceto:

- (A) Cópia autenticada da Carteira de Identidade e do cartão do CPF do Dirigente ou cópia autenticada de documento oficial no qual constem as informações da identidade e do CPF.
- (B) Cópia autenticada do cartão do CNPJ da Entidade Proponente ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral emitido pela página da Receita Federal do Brasil na internet.
- (C) Cópia autenticada da Ata de Posse do Dirigente da Entidade, devidamente registrada em Cartório.
- (D) Cópia autenticada da Declaração de Imposto de Renda dos últimos cinco anos do Dirigente da Entidade e comprovante da situação Cadastral emitido pela página da Receita Federal do Brasil na internet.
- (E) Cópia do Estatuto ou Contrato Social e de suas alterações posteriores, devidamente registradas em Cartório, conforme o caso.

QUESTÃO 18

As instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, interessadas em estabelecer parceria com a ABDI, deverão encaminhar suas propostas por ofício do proponente anexando o Plano de Trabalho, no caso de Acordos de Cooperação Técnica, exceto:

- (A) Cópia autenticada da Ata de Posse do Prefeito.
- (B) Cópia autenticada da Declaração de Imposto de Renda dos últimos cinco anos do Dirigente da Entidade e comprovante da situação Cadastral emitido pela página da Receita Federal do Brasil na internet.
- (C) Cópia autenticada da Carteira de Identidade e do Cartão de CPF do Dirigente ou documento oficial de identidade no qual conste o número do CPF, ou ainda, consulta à situação cadastral de pessoa física na página da Receita Federal, desde que acompanhada de documento de identificação do inscrito.
- (D) Cópia autenticada do cartão do CNPJ da Entidade Proponente ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral emitido pela página da Receita Federal do Brasil na internet.
- (E) Cópia autenticada da Ata de Posse do Dirigente da Entidade, devidamente registrada em Cartório.

QUESTÃO 19

Sobre as propostas de parceria com a ABDI, por parte de instituições públicas ou privadas, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A documentação exigida para as propostas deverão ser apresentadas na forma original ou por cópia autenticada pelo ofício competente.
- (B) Não são considerados originais, para efeitos dessa proposta, os documentos cuja obtenção possa ser feita pela internet.
- (C) O formulário referente à solicitação de convênios – Plano de Trabalho deve ser retirado no Anexo do Regulamento da ABDI sobre a questão.
- (D) Poderá ser celebrado convênio com previsão de condição a ser cumprida pelo conveniente, a critério da Coordenação de Auditoria e, enquanto a condição não se verificar, não terá efeito a celebração pactuada.
- (E) A ABDI extinguirá o convênio no caso de não cumprimento da condição no prazo fixado no instrumento, prorrogável uma única vez por igual período a contar da celebração.

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa incorreta acerca dos itens que englobam o Plano de Trabalho firmado com a ABDI por meio de Regulamento próprio.

- (A) Cadastro dos órgãos ou entidades e de seus dirigentes.
- (B) Projeto Básico obrigatório.
- (C) Cronograma de execução das metas físicas e financeiras.
- (D) Detalhamento das despesas.
- (E) Proposta de aquisição de equipamentos e material permanente, sem exceções.

QUESTÃO 21

São elementos obrigatórios de todo Projeto Básico, que englobam o Plano de Trabalho firmado com a ABDI, exceto:

- (A) Informações sobre o domicílio bancário onde serão depositados os recursos a serem transferidos pela ABDI; abrangência obrigatória do projeto.
- (B) Descrição sintética do objeto do convênio; planejamento das ações, compreendendo a indicação das ações que medirão o impacto social na região onde será desenvolvido o projeto.
- (C) Justificativa para a celebração do instrumento; indicadores de desempenho que irão ser adotados na avaliação do projeto.
- (D) Responsáveis técnicos pela execução do projeto; metodologia e abordagem do projeto.
- (E) Indicação das pessoas físicas que atuarão em parceria com o proponente na execução do projeto; período de execução do projeto.

QUESTÃO 22

O cronograma de execução das metas físicas e financeiras deverá conter, conforme Regulamento da ABDI, exceto:

- (A) Cronograma de execução das metas físicas do convênio, consistindo na indicação das ações que serão realizadas com os recursos transferidos pela ABDI para a execução do objeto do convênio.
- (B) Plano de aplicação dos recursos necessários à execução do convênio com a discriminação dos gastos, obrigatoriamente.
- (C) Havendo a necessidade de aquisição de equipamento ou materiais permanentes, poderá ser preenchida a respectiva proposta, nos termos do Plano de Trabalho.
- (D) Detalhamento das despesas.
- (E) Cotações obtidas junto a fornecedores para cada um dos serviços ou produtos a serem adquiridos.

QUESTÃO 23

Sobre as Contrapartidas previstas em Regulamento da ABDI, é correto afirmar que:

- (A) As contrapartidas constituem recursos financeiros ou econômicos disponibilizados pelo proponente ou seus fiadores para a execução do objeto do convênio.
- (B) Consideram-se financeiros os recursos aportados em moeda corrente e econômicos aqueles que envolvam a moeda estrangeira ou disponibilização de recursos e serviços mensuráveis.
- (C) A avaliação financeira de bens imóveis disponibilizados a título de contrapartida econômica será feita mediante a coleta de três orçamentos no mercado local, computando-se apenas o número de horas pelas quais será utilizado no projeto.
- (D) A avaliação financeira dos serviços será feita mediante a coleta de três orçamentos do custo de horas no mercado local, também levando em consideração o número de horas pelas quais serão utilizados no projeto.
- (E) A contrapartida financeira deverá ser depositada judicialmente em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desempenho.

QUESTÃO 24

Os recursos financeiros transferidos pela ABDI deverão ser mantidos em conta corrente específica para a realização do convênio, única e de uso exclusivo para movimentação dos recursos repassados, sendo permitidos saques exclusivamente para pagamento de despesas previstas no plano de trabalho ou destinados à aplicação financeira. Sobre o tema proposto, é correto afirmar que:

- (A) As aplicações financeiras deverão ser realizadas em fundo de aplicação financeira de mercado aberto ou fechado, lastreada em título da dívida pública federal, sendo permitidas aplicações do mercado de risco, desde que por tempo superior a um mês.
- (B) Os rendimentos das aplicações financeiras poderão ser utilizados no objeto do convênio, sem necessidade de autorização prévia especial, desde que sujeitos às mesmas regras de utilização dos recursos repassados e às condições de prestação de contas.
- (C) Os rendimentos que não forem utilizados nas ações previstas no plano de trabalho do convênio deverão, obrigatoriamente, ser transferidos à ABDI.
- (D) As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro poderão ser computadas como contrapartida.
- (E) Os rendimentos que não forem utilizados nas ações previstas no plano de trabalho do convênio poderão ser transferidos à ABDI dentro do prazo para apresentação da prestação de contas.

QUESTÃO 25

A liberação de recursos é um dos pontos abordados no Regulamento da ABDI. Acerca desse tema, assinale a alternativa falsa.

- (A) A liberação dos recursos financeiros em decorrência do convênio obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho, guardando consonância com as metas, etapas e fases.
- (B) Os recursos ficarão depositados e serão geridos, obrigatoriamente, pelo Branco do Brasil S.A.
- (C) O Cronograma de Desembolso poderá prever a execução do convênio em duas parcelas.
- (D) No caso de o Cronograma de Desembolso prever a execução do convênio em parcelas, a liberação da parcela subsequente à primeira condiciona-se à execução das despesas previstas que correspondam a, pelo menos, setenta por cento do valor da primeira parcela, bem como pelo menos setenta por cento dos valores da contrapartida previstos para o período, conforme disposto no Plano de Trabalho.
- (E) Se o convênio prever o desembolso em mais de duas parcelas, a liberação de cada uma dependerá da aprovação da prestação de contas referente à execução das despesas previstas no cronograma de trabalho correspondente a, pelo menos, setenta por cento do valor da parcela imediatamente anterior, bem como pelo menos setenta por cento dos valores da contrapartida previstos para o período, conforme disposto no Plano de Trabalho, e de cem por cento das despesas correspondentes às demais parcelas antecedentes, igualmente incluídos os valores previstos para contrapartida.

QUESTÃO 26

Os recursos transferidos pela ABDI para execução do convênio não poderão, no todo ou em parte, ser aplicados em outras atividades e ações que não as previstas no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência, estando vedada sua aplicação nos casos a seguir, exceto:

- (A) Despesas diversas daquelas aprovadas pela ABDI; despesas com obrigações trabalhistas alheias ao objeto do convênio; e pagamento de honorários ou salários de dirigentes ou empregados das entidades participantes do projeto ou das empresas dele beneficiárias.
- (B) Despesas com obrigações previdenciárias e/ou tributárias relacionadas diretamente com o objeto do convênio; pagamento de encargos de natureza civil, multas, juros ou correção monetária; e pagamento de despesas que constituam custos, diretos ou indiretos, das entidades participantes do projeto ou das empresas dele beneficiárias.
- (C) Pagamento de taxas de administração, gerência ou similares; aquisição de bens de capital que contribua diretamente no processo produtivo, ou em immobilizações, no país ou no exterior; e o pagamento de honorários de consultores ou de despesas com empresas de consultoria, relativos à elaboração dos convênios disciplinados pelo Regulamento, sendo que tais honorários e despesas não serão aceitos como contrapartida.
- (D) Aquisição de passagens e pagamento de diárias e hospedagens de empresários e/ou dirigentes, salvo se estiverem executando atividade prevista no plano de trabalho; despesas de representação pessoal; e a transferência de recursos para clubes, associações ou entidades congêneres.
- (E) Confecção, aquisição ou distribuição de presentes com finalidades promocionais; a contratação de pessoal de caráter permanente, no país ou no exterior; e a remuneração de serviços de consultoria, assistência técnica ou assemelhada, prestada por dirigente, servidor ou empregado de qualquer das entidades partícipes, ou por empresas de que participem como sócios, dirigentes ou empregados.

QUESTÃO 27

Constitui motivo para suspensão das parcelas pendentes de liberação quando o Executor incorrer em inadimplemento de qualquer das cláusulas e condições pactuadas, em especial quando constatadas as seguintes situações conforme o Regulamento da ABDI, exceto:

- (A) Ocorrer atraso na execução das atividades e ações previstas no convênio, mesmo com a devida justificativa.
- (B) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho.
- (C) Irregularidade do executor no cumprimento das obrigações assumidas.
- (D) Aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com a legislação que rege o Regulamento da ABDI.
- (E) Falta de apresentação das Prestações de Contas parciais nos prazos estabelecidos.

QUESTÃO 28

O Plano de Trabalho somente poderá ser alterado, com a devida justificativa, mediante proposta de alteração a ser apresentada à ABDI no prazo mínimo de trinta dias antes do término do período de vigência do convênio. A respeito do tema em questão, assinale a alternativa incorreta.

- (A) É expressamente proibido o aditamento de convênio com o intuito de alterar seu objeto, entendido como tal a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida no correspondente Plano de Trabalho.
- (B) Quando se tratar apenas de alteração da programação da execução do convênio, será admitido ao Executor propor a reformulação do Plano de Trabalho, por ofício, que será previamente apreciada pela Área Técnica e submetida à aprovação do Diretor da Área, que poderá aprová-la por ato de ofício, não necessitando a celebração de termo aditivo.
- (C) Nos casos de prorrogação da vigência do convênio, o Executor poderá solicitá-la por ofício, contendo as razões de a ABDI, após análise das Áreas Técnica e Jurídica, celebrar o Termo de Prorrogação Simplificado de Vigência a ser assinado na forma do Estatuto da ABDI.
- (D) Apenas em casos excepcionais, quando se tratar de aditamento com aporte de novos recursos, o Executor deverá encaminhar a prestação de contas parcial que demonstre a execução dos repasses realizados, assim como o novo Plano de Trabalho.
- (E) A ABDI, de posse do pedido de aditamento financeiro, deverá verificar a situação de adimplência, bem como a situação de regularidade da documentação referida no Regulamento da ABDI.

QUESTÃO 29

Todas as instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que receberem recursos da ABDI estão obrigadas a prestar contas de sua boa e regular utilização, ao término da execução do convênio, mediante apresentação de processo de prestação de contas instruído com os documentos a seguir relacionados, dispostos conforme o formulário de prestação de contas constantes do Regulamento da ABDI, exceto:

- (A) Demonstrativo de Receita e Despesa; e Relatório de Gestão.
- (B) Relatório da Execução Física; e Relatório da Execução Financeira.
- (C) Relação dos Pagamentos Efetuados; e relação dos bens adquiridos, construídos ou produzidos e solicitação de doação, quando for o caso.
- (D) Extratos bancários da conta corrente e da aplicação financeira, de todo o período; e Declaração de Guarda e Conservação dos Documentos Contábeis.
- (E) Cópia dos contratos celebrados e apresentação dos critérios de contratação; cópia do termo de aceitação provisória da obra ou serviço, quando o objeto do convênio visar à realização de obra ou serviço de engenharia; e cópia autenticada do contrato de câmbio, declaração de importação e fatura comercial, caso haja aquisição de bens por meio de importação.

QUESTÃO 30

Sobre a prestação de contas realizada pelo Regulamento da ABDI, assinale a alternativa correta.

- (A) A prestação de contas deverá contemplar os recursos aportados pela ABDI, os comprometidos a título de contrapartida, bem como aqueles decorrentes de aplicações financeiras, sendo que a apreciação das prestações de contas finais não exclui, por ocasião da análise da prestação de contas parciais, a possibilidade de reexame obrigatório e questionamento dos atos praticados no período abrangido pelas prestações de contas anteriores.
- (B) Vindo a ser constatada qualquer irregularidade na prestação de contas parcial, será concedido o prazo de trinta dias para que o Executor saneie a irregularidade, sob pena de rescisão do convênio e devolução dos recursos, acrescidos de juros de 1% ao mês e atualização monetária. A prestação de contas final, que deverá ser apresentada à ABDI em até cento e vinte dias contados do final do prazo de vigência do convênio, deverá demonstrar a aplicação da totalidade dos recursos financeiros alocados ao convênio pela ABDI, a contrapartida, o resultado da sua execução, bem como o alcance dos objetivos previstos no plano de trabalho, tendo por base o que consta do convênio e suas possíveis modificações.
- (C) As despesas serão comprovadas por documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as notas fiscais ou recibos serem emitidos em nome do Executor, devidamente identificados com título e número do convênio, devendo ser arquivados separadamente, em pastas específicas, no próprio local em que forem contabilizados, pelo prazo de cinco anos contados da aprovação da correspondente prestação de contas. Se a prestação de contas final não for encaminhada no prazo previsto ou, ainda que encaminhada, estiver em desacordo com o disposto no Regulamento da ABDI, a ABDI notificará o Executor para regularizar a situação no prazo máximo de trinta dias improrrogáveis.
- (D) Ao apresentar a prestação de contas parcial o Executor deverá juntar comprovante do depósito na conta da ABDI, do saldo dos recursos por ela aportados e não aplicados, das receitas obtidas em aplicações financeiras e da contrapartida, caso esta não tenha sido aplicada em benefício do convênio. A aprovação da prestação de contas não dependerá da certificação da execução das ações previstas no Plano de Trabalho pela Área Técnica competente, dependendo apenas da aprovação dos demonstrativos financeiros pela Coordenação de Auditoria e do ordenador de despesas da ABDI.

- (E) Se, na prestação de contas apresentada ao final do prazo de vigência do convênio, restar demonstrada a aplicação da totalidade dos recursos transferidos pela ABDI, e tendo ocorrido a aplicação da totalidade dos recursos previstos no convênio a título de contrapartida, o Executor deverá reembolsar à ABDI a importância necessária ao restabelecimento da proporção percentual pactuada no instrumento do convênio para os recursos do Executor e dos partícipes, conforme o caso. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à ABDI em vinte dias.

QUESTÃO 31

Analise as alternativas sobre a diferença básica entre a dispensa e a inexigibilidade de licitação, e assinale a alternativa correta.

- (A) A diferença encontra-se em suas hipóteses, sendo que na primeira, estas visam a um objeto único e singular, enquanto que na segunda são divididas em categorias, em razão do objeto, de pessoas e de situações excepcionais.
- (B) A diferença consiste no fato de que na primeira não há possibilidade de competição, enquanto que na segunda há possibilidade de competição que justifique a licitação.
- (C) A diferença está no fato de que na primeira há possibilidade de competição que justifique a licitação, enquanto que na segunda não há possibilidade de competição.
- (D) A diferença tem a ver ou não com o valor do objeto, sendo que na primeira não se cogita de qualquer quantia em relação ao valor, enquanto que na segunda é relevante o pequeno valor para tornar a licitação inexigível.
- (E) A diferença vem expressa ao prever que a alienação de bens imóveis mediante dação em pagamento e doação, entre outros, resulta em inexigibilidade, e a contratação de profissionais ou de empresa de notória especialização, entre outros, caracteriza a licitação dispensada.

QUESTÃO 32

O edital é o meio pelo qual a Administração Pública torna pública a realização de uma licitação. A modalidade de licitação que não utiliza o edital como meio de tornar pública uma licitação é o(a):

- (A) Concorrência.
(B) Leilão.
(C) Tomada de Preços.
(D) Convite.
(E) Concurso.

QUESTÃO 33

Em relação à licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) A licitação é um dever que se impõe constitucionalmente ao administrador público como procedimento prévio a todas as contratações administrativas.
- (B) Contratação é o conseqüente lógico do procedimento licitatório; entretanto, é possível que, após o julgamento das propostas, sobrevindo fato superveniente e devidamente justificado, a autoridade administrativa decida revogar a licitação.
- (C) A dispensa de licitação pressupõe a inviabilidade de competição, possibilitando à Administração Pública a contratação direta, como no caso de compra de bens fornecidos por um único fornecedor.
- (D) O Princípio da adjudicação compulsória caracteriza direito adquirido do vencedor da licitação à celebração do contrato administrativo, de sorte que a Administração Pública não poderá deixar de contratar.
- (E) Vislumbrando a ocorrência de vício no procedimento licitatório, a autoridade administrativa poderá determinar a revogação do certame, deixando de celebrar o contrato administrativo.

QUESTÃO 34

A Administração Pública, como tal prevista na Constituição Federal (art. 37) e na legislação pertinente, além dos órgãos estatais e de diversos tipos de entidade, abrange:

- (A) Concessionárias de serviço público em geral.
- (B) Universidades Federais, que são Fundações Públicas.
- (C) Organizações Sindicais.
- (D) Serviços Sociais Autônomos.
- (E) Partidos Políticos.

QUESTÃO 35

As Autarquias e as Empresas Públicas, como integrantes da Administração Federal Indireta, equiparam-se entre si pelo fato de que ambas são:

- (A) Pessoas administrativas, com personalidade jurídica própria.
- (B) Pessoas administrativas, sem personalidade jurídica própria.
- (C) Pessoas jurídicas de direito público interno.
- (D) Pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) Pessoas ou entidades públicas estatais.

QUESTÃO 36

As atividades da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direitos, interesses ou liberdades individuais, regulam a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público, nos limites da lei e com observância do devido processo legal, constituem mais apropriadamente o exercício do poder:

- (A) De domínio.
- (B) De Polícia.
- (C) Disciplinar.
- (D) Hierárquico.
- (E) Regulamentar.

QUESTÃO 37

Um ato administrativo estará caracterizado com desvio de poder, por faltar-lhe o elemento relativo à finalidade de interesse público, quando quem o praticou violou o princípio básico da:

- (A) Economicidade.
- (B) Eficiência.
- (C) Impessoalidade.
- (D) Legalidade.
- (E) Moralidade.

QUESTÃO 38

Quando a valoração da conveniência e oportunidade fica ao talante da Administração Pública, para decidir sobre a prática de determinado ato, isso consubstancia na sua essência o(a):

- (A) Sua eficácia.
- (B) Sua executoriedade.
- (C) Sua motivação.
- (D) Poder vinculado.
- (E) Mérito administrativo.

QUESTÃO 39

A nomeação de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, porque a escolha está sujeita a uma lista tríplice e aprovação pelo Senado Federal, contando assim com a participação de órgãos independentes entre si, configura a hipótese específica de um ato administrativo:

- (A) Complexo.
- (B) Composto.
- (C) Bilateral.
- (D) Discricionário.
- (E) Multilateral.

QUESTÃO 40

O que, essencial e fundamentalmente, mais caracteriza um contrato administrativo, diferenciando-o dos demais e subordinando-o às regras específicas de Direito Público, é:

- (A) Ter como a parte contratante uma entidade da Administração Pública.
- (B) Ter como a parte contratante uma pessoa jurídica de direito público interno e presente o interesse público em seu objeto.
- (C) Ter o interesse público no seu objeto, ainda que uma das partes não seja órgão ou entidade da Administração Pública.
- (D) O fato de acarretar despesa à conta de recursos públicos.
- (E) O fato de versar seu objeto uma determinada prestação de serviço público.

QUESTÃO 41

Assinale a alternativa correta a respeito dos objetivos da licitação realizada pela ABDI, conforme dispõe o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI.

- (A) A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a ABDI e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos, inadmitindo-se critérios que frustrem seu caráter competitivo.
- (B) A licitação é um processo administrativo que se destina a assegurar igualdade de condições a todos que queiram realizar um contrato com a ABDI, disciplinada pela Lei nº 8.666/93 e que estabelece critérios objetivos de seleção das propostas de contratação mais vantajosas para o interesse público.
- (C) Licitação pública é o procedimento administrativo da ABDI que se compõe de uma série encadeada de atos administrativos formais, com cada um deles assumindo sentido próprio, servindo a determinada utilidade, e todos eles em conjunto, propiciando à ABDI a escolha do proponente para com ela celebrar contratos administrativos.
- (D) Licitação é o procedimento administrativo realizado pela ABDI pelo qual uma pessoa governamental, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, outorgar concessões, permissões de obra, serviço de uso exclusivo de bem público, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessados na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais conveniente em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e divulgados.
- (E) Licitação, no ordenamento jurídico da ABDI, é o processo administrativo em que a sucessão de fases e atos leva à indicação de quem vai celebrar acordos com a ABDI. Visa, portanto, a selecionar quem vai contratar, por oferecer proposta mais vantajosa ao interesse público. A decisão final do processo licitatório aponta o futuro contratado.

QUESTÃO 42

É incorreto afirmar que a licitação será dispensada, conforme determina o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI:

- (A) Nos casos de calamidade pública ou grave perturbação da ordem pública e nos casos de emergência, quando caracterizada a necessidade de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ao funcionamento da ABDI ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens.
- (B) Na aquisição, locação ou arrendamento de imóveis, sempre precedida de avaliação e na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros diretamente de produtor ou fornecedor exclusivo.
- (C) Na aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, com base no preço do dia e na contratação de entidade incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que sem fins lucrativos.
- (D) Na contratação com serviços sociais autônomos ou com órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública, quando o objeto do contrato for vinculado às atividades finalísticas do contratado e na aquisição de componentes ou peças necessárias à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto a fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição for indispensável para a vigência da garantia.
- (E) Nos casos de urgência para atendimento de situações comprovadamente imprevistas ou imprevisíveis em tempo hábil para se realizar a licitação e na contratação de pessoas físicas ou jurídicas para ministrar cursos ou prestar serviços de instrução vinculados às atividades finalísticas da ABDI.

QUESTÃO 43

Para a habilitação nas licitações da ABDI, poderá ser exigida dos interessados, no todo ou em parte, conforme se estabelecer no instrumento convocatório, documentação conforme o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI, exceto:

- (A) Habilitação Jurídica: cédula de identidade, prova de registro no órgão competente, no caso de empresário individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos pelo Regulamento em tese.
- (B) Qualificação Técnica: registro ou inscrição na entidade profissional competente, documentos comprobatórios de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, comprovação de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as condições do instrumento convocatório, prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- (C) Qualificação Econômico-financeira: balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída, que comprovem a situação financeira da empresa, através do cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório, certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, garantia de proposta, nas mesmas modalidades e critérios previstos no Regulamento em questão, que será devolvida para o licitante vencedor quando da assinatura do contrato e capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo.
- (D) Regularidade Financeira-fiscal: documentos comprobatórios da solvência da empresa juntos aos cartórios pertinentes, documentos fiscais comprobatórios do mínimo exigido por lei como capital social e juntada de autos de infração expedidos contra a empresa nos últimos cinco anos.
- (E) Regularidade Fiscal: prova de inscrição no CPF ou CNPJ, prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei, prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

QUESTÃO 44

De acordo com o procedimento e o julgamento das propostas e recursos previstos no Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI, é correto afirmar que:

- (A) O procedimento da licitação será iniciado com a solicitação formal da contratação, na qual serão definidos o objeto, a estimativa do seu valor e os recursos para atender à receita e despesa, com consequente autorização e pagamento, e a qual serão juntados na abertura os documentos pertinentes, a partir do instrumento convocatório, até o ato final de adjudicação.
- (B) Na definição do objeto, não será admitida a indicação de características ou especificações exclusivas ou marcas, salvo se justificada e ratificada pela autoridade competente.
- (C) Na contratação de obras e serviços de engenharia, o objeto poderá ser especificado com base em projeto que contenha o conjunto de elementos necessários, suficientes e adequados para caracterizar a obra ou o serviço ou o complexo de obras ou serviços.
- (D) O ato convocatório deverá ser impugnado, no todo ou em parte, até dois dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas. Não impugnado o ato convocatório, é decadente o direito de questionar a matéria nele constante.
- (E) Dos resultados da fase de habilitação e do julgamento das propostas caberão recursos fundamentados dirigidos ao Presidente da Comissão por intermédio de advogado, por escrito, no prazo de cinco dias úteis e, na modalidade convite e pregão, dois dias úteis, pelo licitante que se julgar prejudicado.

QUESTÃO 45

Leia as seguintes afirmações a respeito do Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI e siga as instruções a seguir.

- I. As empresas deverão participar dos processos licitatórios constituídas na forma de consórcio, obedecidas às disposições legais sobre a matéria, desde que haja autorização expressa no edital, mas não poderão participar das licitações nem contratar com a ABDI seus dirigentes ou empregados.
- II. Os instrumentos convocatórios poderão assegurar à ABDI o direito de cancelar a licitação antes de assinado o contrato, desde que justificadamente.
- III. Na contagem dos prazos estabelecidos no Regulamento em questão excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, sem exceções legais, lembrando-se de que somente se iniciam e vencem os prazos em dia de funcionamento da ABDI.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I.
- (B) somente II.
- (C) somente III.
- (D) todas.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 46

Analise as alternativas e assinale a incorreta, a respeito dos órgãos de direção da ABDI, de acordo com a Lei nº 11.080/2004.

- (A) Diretoria Executiva, composta por um Presidente e dois Diretores.
- (B) Conselho Deliberativo, composto por quinze membros.
- (C) Conselho Econômico, composto por três membros.
- (D) O Conselho Deliberativo será composto por oito representantes do Poder Executivo e sete representantes de entidades privadas, titulares e suplentes, escolhidos na forma estabelecida em regulamento, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez por igual período.
- (E) O Conselho Fiscal será composto por dois representantes do Poder Executivo e um da sociedade civil, titulares e suplentes, escolhidos na forma estabelecida em regulamento, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez por igual período.

QUESTÃO 47

Assinale a alternativa incorreta a respeito dos órgãos deliberativo e fiscal da ABDI, conforme dispõe a Lei nº 11.080/2004.

- (A) A destituição de membros dos Conselhos Deliberativo e fiscal não foi autorizada por regulamento, foi apenas aprovada por esse instrumento legislativo de competência da ABDI.
- (B) O Presidente e os Diretores da Diretoria Executiva da ABDI serão escolhidos e nomeados pelo Presidente da República.
- (C) O mandato do Presidente e Diretores da Diretoria Executiva da ABDI será de 4 anos, podendo ser exonerados a qualquer tempo pelo Presidente da República.
- (D) Existe a previsão legal de exoneração de ofício por proposta do Conselho Deliberativo, aprovada a maioria absoluta de seus membros, para o Presidente e Diretores da Diretoria Executiva da ABDI.
- (E) As competências e atribuições do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e dos membros da Diretoria Executiva serão estabelecidas em regulamento.

QUESTÃO 48

É correto afirmar, sobre as obrigações da ABDI, conforme o disposto na Lei nº 11.080/2004:

- (A) Apresentar, anualmente, ao Poder Legislativo, até 31 de janeiro, relatório circunstanciado sobre a execução do contrato de gestão no exercício anterior, com a prestação de contas dos recursos públicos nele aplicados, a avaliação geral do contrato de gestão e as análises gerenciais cabíveis.
- (B) Definir os termos do contrato de gestão, que estipulará as metas e objetivos, os prazos e responsabilidades para sua execução e especificação dos critérios para avaliação da aplicação dos recursos a ela repassados.
- (C) Remeter ao Tribunal de Contas da União, até 31 de março do ano seguinte ao término do exercício financeiro, as contas da gestão anual aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

- (D) Aprovar, anualmente, o orçamento-programa da ABDI para execução das atividades previstas no contrato de gestão e articular-se com os órgãos públicos e entidades privadas para o cumprimento de suas finalidades.
- (E) Disponibilizar informações técnicas, creditícias, entre outras, que contribuam para o desenvolvimento industrial brasileiro e apreciar o relatório de gestão e emissão de parecer sobre o cumprimento do contrato de gestão da ABDI.

QUESTÃO 49

É incorreto afirmar, a respeito dos contratos de gestão da ABDI, conforme disposto na Lei nº 11.080/2004:

- (A) Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) Na elaboração do contrato de gestão, prevê-se, expressamente, a especificação do programa de trabalho, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade.
- (C) O contrato de gestão assegurará à Diretoria Executiva da ABDI a autonomia para a contratação e administração de pessoal, sob regime da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.
- (D) O processo de seleção para admissão de pessoal efetivo da ABDI deverá ser precedido de edital publicado no DOU – Diário Oficial da União, observando-se os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.
- (E) O contrato de gestão estipulará limites e critérios para a despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos empregados da ABDI e conferirá à Diretoria Executiva poderes para fixar níveis de remuneração para o pessoal da entidade, em padrões compatíveis com os respectivos mercados de trabalho, segundo o grau de qualificação exigido e os setores de especialização profissional.

QUESTÃO 50

Constituem receitas adicionais da ABDI, de acordo com o disposto na Lei nº 11.080/2004:

- (A) Recursos transferidos para a ABDI em função de doações consignadas no Orçamento-Geral da União, créditos suplementares, transferências ou repasses.
- (B) Recursos provenientes de convênios, acordos, propostas e contratos celebrados com entidades sem fins lucrativos, organismos internacionais e empresas públicas.
- (C) Dotações, legados extrapatrimoniais, subvenções estatais e não estatais, bem como outros recursos que lhe forem destinados e os decorrentes de decisão judicial.
- (D) Valores apurados com a venda ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade.
- (E) Rendimentos resultantes de aplicações financeiras e de capitais, quando autorizadas pelo Presidente da República e pelo Conselho Deliberativo.

QUESTÃO 51

É correto informar que são órgãos de direção da ABDI, conforme determina o Decreto nº 5.352/2005:

- (A) O Conselho Deliberativo e o Conselho Financeiro.
- (B) O Conselho Financeiro e o Conselho Fiscal.
- (C) O Conselho Financeiro e a Diretoria-Executiva.
- (D) A Diretoria Executiva e o Conselho Econômico.
- (E) O Conselho Fiscal e a Diretoria-Executiva.

QUESTÃO 52

O Conselho Deliberativo, órgão superior de direção da ABDI, é responsável pelas seguintes matérias, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.352/2005, exceto:

- (A) Aprovar o estatuto social da entidade, observado o disposto na Lei nº 11.080/2004, e aprovar a política de atuação institucional, em consonância com o contrato de gestão celebrado com o Poder Executivo, de acordo com o disposto na mesma lei.
- (B) Deliberar sobre: o planejamento estratégico da ABDI, os planos de trabalho anuais e os relatórios de acompanhamento e avaliação, inclusive o relativo ao contrato de gestão firmado com o Poder Executivo.
- (C) Deliberar sobre a proposta do orçamento-programa e o plano de aplicações apresentados pela Diretoria Executiva e aprovar as demonstrações contábeis e a respectiva prestação de contas da Diretoria Executiva.
- (D) Deliberar sobre a proposta da Diretoria Executiva referente ao plano de gestão de pessoal e ao plano de cargos, salários e benefícios, assim como sobre o quadro de pessoal e sobre a proposta de manual de licitações e de contratos elaborados pela Diretoria Executiva, e suas posteriores alterações.
- (E) Fixar o valor da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observado o disposto na Lei nº 11.080/2004 e exercer outras competências que o estatuto atribuir, lembrando-se que o Conselho deliberará mediante resoluções, por maioria absoluta, observado o quórum mínimo de dois terços de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

QUESTÃO 53

O Conselho Deliberativo será composto por um representante de cada um dos órgãos e entidades públicas e privadas a seguir relacionados, com seus respectivos suplentes, sendo correto afirmar que são representantes do Poder Executivo, exceto:

- (A) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Casa Civil da Presidência da República.
- (B) Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Fazenda.
- (C) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- (D) IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e CNI – Confederação Nacional da Indústria.
- (E) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Ministério da Integração Nacional.

QUESTÃO 54

O Conselho Fiscal é órgão responsável pela fiscalização e controle interno da ABDI. Assinale a alternativa incorreta a respeito do Conselho Fiscal, conforme determina o Decreto nº 5.352/2005.

- (A) São atribuições do Conselho Fiscal: fiscalizar a gestão administrativa, orçamentária, contábil e patrimonial da ABDI, compreendendo os atos do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva, observado o disposto no contrato de gestão; e deliberar sobre as demonstrações contábeis.
- (B) O Conselho Fiscal será composto por um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, um representante do Ministério da Fazenda e um representante da sociedade civil, e seus respectivos suplentes, todos designados para um período de três anos, sem remuneração, permitida uma recondução.
- (C) O Presidente do Conselho Fiscal será eleito dentre os membros, para um período de dois anos, vedada a recondução.
- (D) O representante da sociedade civil no Conselho Fiscal será designado pelo Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- (E) O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, poderá solicitar aos órgãos da administração da ABDI informações ou esclarecimentos, desde que relativos à sua função fiscalizadora, bem como a elaboração de demonstrações contábeis específicas.

QUESTÃO 55

Analisando-se o disposto no Decreto nº 5.352/2005, é correto afirmar que constituem receitas da ABDI, exceto:

- (A) Recursos que lhe forem transferidos em decorrência de dotações consignadas no Orçamento-Geral da União, créditos adicionais, transferências ou repasses.
- (B) Recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com pessoas físicas, entidades, organismos internacionais e empresas.
- (C) Doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados, bem como os recursos decorrentes de decisão judicial.
- (D) Valores apurados com a venda ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade.
- (E) Rendimentos resultantes de aplicações financeiras e de capitais, quando autorizadas pelo Conselho Deliberativo.

QUESTÃO 56

A ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública. Conforme o previsto no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, é correto afirmar:

- (A) A ABDI tem sede e foro na cidade de Brasília – Distrito Federal, sendo-lhe permitido abrir e manter filiais, escritórios e representações por todos os Estados brasileiros, mas não no exterior.
- (B) A ABDI, como uma pessoa jurídica de direito privado, tem prazo de duração estabelecido em lei e previsão de renovação a cada cinco anos, conforme determina o Estatuto do Serviço Social Autônomo da instituição.
- (C) A ABDI tem por finalidade promover a execução de políticas de desenvolvimento industrial, especialmente as que contribuam para a geração de empregos e renda, em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia.
- (D) São órgãos de direção da ABDI: Conselho Deliberativo, integrado por quinze conselheiros; Conselho Fiscal, integrado por três conselheiros; Agência Brasileira de Desenvolvimento Econômico; e DIREX – integrada por três membros, sendo um Presidente, um vice-Presidente e um Diretor.
- (E) Aos órgãos e entidades privadas representadas nos Conselhos, bem como aos seus respectivos representantes e aos membros da DIREX, não será atribuída responsabilidade solidária ou subsidiária quanto aos atos praticados no exercício de suas funções, em cumprimento da imunidade recíproca por decisão do Colegiado, em observância ao Regulamento e legislação pertinentes.

QUESTÃO 57

A vacância das funções de conselheiro é determinada pelo Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, sendo realizada por dois terços de seus membros. Assinale a alternativa incorreta sobre a motivação da vacância das funções de conselheiro.

- (A) Perda do cargo ou função pública motivada por condenação em processo administrativo disciplinar.
- (B) Declaração, pelo Conselho Deliberativo, de que o procedimento do Conselheiro é incompatível com a moralidade e o decoro administrativo, mediante processo administrativo disciplinar prévio.
- (C) Omissão, quanto às obrigações estatutárias.
- (D) Condenação, em processo judicial, com decisão transitada em julgado, motivada por ação ou omissão incompatível com suas obrigações de Conselheiro.
- (E) Ausência injustificada a três reuniões ordinárias consecutivas ou a seis reuniões, ordinárias ou extraordinárias, alternadas durante o prazo do mandato.

QUESTÃO 58

O Conselho Deliberativo da ABDI é órgão Colegiado de deliberação superior e será integrado por quinze Conselheiros, sendo oito representantes dos órgãos do Poder Executivo e sete representantes das entidades privadas. A respeito das entidades privadas relacionadas no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, assinale a alternativa em que não se encontra uma das entidades participantes do Conselho Deliberativo:

- (A) Todos os órgãos do Poder Executivo e o Ministério do Comércio Exterior.
- (B) Ministério da Integração Nacional e Casa Civil da Presidência da República.
- (C) Ministério da Fazenda e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.
- (D) Ministério da Ciência e Tecnologia e órgãos do Poder Executivo.
- (E) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Ministério da Integração Nacional.

QUESTÃO 59

São competências do Conselho Deliberativo definidas no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, exceto:

- (A) Eleger seu Presidente e Vice-Presidente; aprovar o Estatuto Social da ABDI, bem como definir as posteriores reformas.
- (B) Aprovar a política de atuação institucional em consonância com o contrato de gestão celebrado com o Poder Executivo, de acordo com o disposto na Lei nº 11.080/2004, bem como deliberar acerca do planejamento estratégico da ABDI.
- (C) Deliberar sobre os planos de trabalho anuais e respectivos relatórios anuais de acompanhamento e avaliação, inclusive quanto ao contrato de gestão firmado com o Poder Executivo.
- (D) Deliberar sobre a proposta do orçamento-programa e do plano de aplicações.
- (E) Deliberar sobre as demonstrações contábeis, inclusive quanto à prestação de contas do contrato de gestão firmado com o Poder Executivo, após a deliberação do Conselho Fiscal.

QUESTÃO 60

Compete ao Conselho Fiscal da ABDI, conforme disposto no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, exceto:

- (A) Eleger seu Presidente; fiscalizar as gestões administrativa, orçamentária, contábil e patrimonial da ABDI, compreendendo os atos do Conselho Deliberativo da DIREX, observado o disposto no contrato de gestão.
- (B) Deliberar sobre as demonstrações contábeis elaboradas pela DIREX, inclusive: quanto à prestação de contas do contrato de gestão firmado com o Poder Executivo; e examinando e emitindo parecer acerca dos balancetes contábeis.
- (C) Emitir parecer, quando solicitado, sobre a alienação ou oneração de bens imóveis; e analisar, quando solicitado pelo Conselho Deliberativo ou pela DIREX, outras matérias de sua área de competência, opinando sobre elas.
- (D) O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, solicitará aos órgãos da administração da ABDI informações ou esclarecimentos, desde que relativos à sua função fiscalizadora, bem como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis específicas.
- (E) Emitir parecer, quando solicitado, sobre a situação financeira-fiscal da ABDI para o público em geral, em respeito ao Princípio da Publicidade dos atos administrativos e transparência pública mediante autorização do Presidente por escrito.

QUESTÃO 61

Conforme o Manual de Redação de Correspondências Oficiais, Relatórios Executivos e Normas Técnicas, podemos compreender a existência de três tipos de expedientes que se diferenciam pela finalidade: ofício, aviso e memorando. A diagramação de cada um deles deve ser única e padronizada. A respeito da modalidade **memorando**, é correto afirmar:

- (A) O memorando é uma modalidade de comunicação interna e externa, tanto entre unidades administrativas da ABDI como entre unidades administrativas e setores públicos, exceto no que tange às comunicações oficiais ao público.
- (B) Em relação à comunicação interna, o memorando pode ser utilizado para unidades de mesma hierarquia, chefias imediatas, unidades diretamente subordinadas ou qualquer funcionário ou empregado da ABDI, desde que encaminhado com cópia para a chefia imediata.
- (C) O memorando é um dos principais instrumentos para a comunicação oficial entre os dirigentes da ABDI, desde que estes estejam na mesma localidade.
- (D) Tendo-se em vista a agilidade dos procedimentos abarcados pelo memorando, não se exige numeração sequencial, bastando a identificação da data de emissão para o controle interno.
- (E) A principal característica do memorando é sua agilidade; a tramitação do memorando em qualquer órgão ou unidade da ABDI deve pautar-se pela simplicidade e rapidez dos procedimentos burocráticos.

QUESTÃO 62

O Manual de Redação de Correspondências Oficiais, Relatórios Executivos e Normas Técnicas traz diversos modelos de expedientes oficiais que devem ser utilizados, mediante uma redação padronizada e oficial. Sobre o conceito e características da Redação Oficial, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Redação oficial é o meio utilizado para o estabelecimento de relações de serviço na administração pública e corresponde ao modo uniforme de redigir atos normativos e comunicações oficiais.
- (B) As entidades e órgãos oficiais brasileiros devem contar com um profissional redator para a elaboração da Redação Oficial, que são textos literários para publicação, representação e outras formas de veiculação; para tanto, exige-se a criação de projetos literários mediante pesquisa de temas e esquemas preliminares.
- (C) Para o alcance da efetividade nas relações, são traçadas normas de linguagem e padronização no uso de fórmulas e estética para as comunicações escritas oficiais, as quais são revestidas de certas peculiaridades restritas ao meio.
- (D) As comunicações oficiais devem primar pela objetividade, transparência, clareza, simplicidade e impessoalidade, sem exceções.
- (E) A redação oficial, da qual se permite extrair uma única interpretação, há de procurar ser compreensível não apenas pelos órgãos oficiais, mas também por todo e qualquer cidadão brasileiro.

QUESTÃO 63

A respeito dos princípios que regem o Manual de Redação de Correspondências Oficiais, Relatórios Executivos e Normas Técnicas, é correto afirmar que:

- (A) O tratamento que deve ser dado aos assuntos próprios das comunicações oficiais, em respeito ao Princípio da Impessoalidade, decorre: da ausência de impressões individuais de quem comunica, sendo sempre do Serviço Público que é feita a comunicação; da impessoalidade de quem recebe a comunicação homogênea e impessoal, salvo exceções previstas em lei; e do caráter impessoal do assunto tratado, exceto as questões previstas em Regulamento e na legislação pertinente.
- (B) O princípio da clareza nas comunicações traz as seguintes características: dependência da organização do pensamento e da organização do texto de forma que o texto apresente coerência, mediante a análise pelo Redator concursado ou contratado, respeitada sua interpretação e livre convencimento, desde que apresentados subsídios para a análise das informações.
- (C) Os documentos escritos devem obedecer aos requisitos: frases diretas sem inversão dos períodos, estrutura ordenada de apresentação da abertura e detalhamentos necessários por ordem de importância, interesse e urgência; e encaminhamento com parágrafos e frases de até cinco linhas com apenas uma ideia central e palavras de uso corrente na voz ativa e no futuro do presente do subjuntivo.
- (D) A concisão é um princípio da Redação Oficial e consiste em transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras, sendo suas características: conhecimento do assunto, eliminação de palavras inúteis, manutenção de emprego cuidadoso com adjetivos, articulação da linguagem, não emprego de sinonímia no texto ou de expressões de duplo sentido, construção de orações na ordem direta, uniformidade verbal, recursos gramaticais e de pontuação de forma sensata e disciplina com o uso de expressões e fórmulas prolixas.
- (E) Uso de fechos é uma das características essenciais da Redação Oficial e se diferencia entre autoridades superiores, usando-se a expressão “atenciosamente” e entre autoridades de mesma hierarquia, usando-se a expressão “respeitosamente”.

QUESTÃO 64

O Manual de Redação de Correspondências Oficiais indica normas aplicáveis aos pronomes de tratamento. A respeito dos pronomes de tratamento, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Excelentíssimo para: Presidente da República.
- (B) Eminentíssimo para: Reitor de Universidades.
- (C) Santíssimo Padre para: os Papas.
- (D) Reverendíssimo Senhor para: Chefes do Poder Executivo.
- (E) Excelentíssimo para: Presidente do Congresso Nacional.

QUESTÃO 65

Destaques e Números são elementos presentes nos documentos oficiais de toda instituição pública ou privada. Acerca dos Destaques e Números constantes no Manual de Redação de Correspondências Oficiais, é incorreto afirmar que:

- (A) O documento pode ser escrito em língua portuguesa ou estrangeira, observando-se a tradução obrigatória por tradutor juramentado nos casos de documentos e destaques escritos em língua estrangeira.
- (B) A separação de palavras deve ser evitada. Se, entretanto, for inevitável, não se separam: algarismos, nomes próprios, valores, siglas e ditongos.
- (C) Tratando-se de números redondos, utilizam-se sempre por extenso as medidas que exprimem comprimentos ou distâncias.
- (D) É permitida a utilização de abreviaturas para os títulos e tabelas.
- (E) A indicação do ano não deve conter ponto entre as casas de milhar e centenas.

QUESTÃO 66

É incorreto afirmar, a respeito dos princípios que regem o Regulamento de Convênios da ABDI:

- (A) A ABDI tem por objeto promover a execução de políticas de desenvolvimento industrial, especialmente as que contribuam para a geração de emprego e renda, em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia, podendo para tanto buscar o estabelecimento de parcerias com instituições públicas ou privadas.
- (B) A ABDI articulará com órgãos públicos, entidades privadas sem fins lucrativos, cooperativas ou consórcios o desenvolvimento de ações que contribuam para o desenvolvimento industrial, e, em especial, com os programas e projetos estabelecidos pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.
- (C) A ABDI promoverá a execução de convênios de política industrial com a aplicação de recursos próprios, sendo vedada a aplicação de recursos exclusivamente de terceiros em respeito ao Princípio da Transparência Pública.
- (D) Se a ABDI, em razão do estabelecimento de parceria com terceiros, receber recursos para aplicação em projetos de promoção da execução de políticas de desenvolvimento industrial, observará e fará observar as regras e condições estabelecidas pelas entidades supridoras dos recursos.
- (E) O executor, quando da execução de despesas com os recursos transferidos pela ABDI, se sujeita às regras de direito público, caso seja pessoa jurídica de direito público, ou, em se tratando de pessoa jurídica privada sem fins lucrativos, aos princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessárias, nesse caso, no mínimo três cotações prévias de preços no mercado antes da celebração dos contratos.

QUESTÃO 67

A ABDI formalizará ou modificará a relação jurídica com seus parceiros, instituições públicas ou privadas, utilizando-se dos seguintes instrumentos previstos no Regulamento de Convênios da ABDI, exceto:

- (A) Plano Financeiro: instrumento regulamentador do montante financeiro aplicado nos contratos celebrados mediante as normas do Regulamento de Convênios da ABDI.
- (B) Acordo de Cooperação Técnica: instrumento cuja execução não envolva a transferência de recursos entre os partícipes.
- (C) Convênio: disciplina a transferência de recursos da ABDI a terceiros, visando à execução de ações de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
- (D) Convênio de Patrocínio: regulamenta a transferência de recursos da ABDI com o fim de apoiar, subsidiária e secundariamente, atividades e ações integrantes de projetos de responsabilidade de terceiros, relacionados à atividade fim da ABDI.
- (E) Termo Aditivo: utilizado para promover modificações nas cláusulas e condições ajustadas originalmente em convênios e nos acordos de cooperação.

QUESTÃO 68

Para o estabelecimento da relação interinstitucional com os parceiros da ABDI, adotam-se as seguintes definições do Regulamento de Convênios da ABDI, exceto:

- (A) Concedente: será sempre a ABDI que vem a ser a detentora dos programas e conta com os recursos necessários à efetivação da transferência.
- (B) Executor: instituição pública ou privada que se responsabiliza diretamente pela execução física e financeira do convênio.
- (C) Coexecutor: instituição pública ou privada que participa do convênio para atuar como corresponsável pela execução física e/ou financeira do objeto pactuado.
- (D) Interveniente: instituição pública ou privada que participa do convênio para executar exclusivamente as metas físicas, sem se envolver com os aspectos financeiros referentes às ações pactuadas.
- (E) Mandatário: pessoa que vai executar as normas da ABDI e cumprir mandados recebidos, executor dos atos ordenados ou autorizados pelo mandante.

QUESTÃO 69

Assinale a alternativa que contém os elementos do Plano de Trabalho previsto no Regulamento de Convênios da ABDI.

- (A) Cadastro dos órgãos ou entidades e de seus dirigentes; e detalhamento dos participantes.
- (B) Proposta de aquisição de equipamentos e material permanente, se houver; e cronograma de recebimento de recursos.
- (C) Detalhamento das despesas; e cadastro dos órgãos ou entidades e de seus dirigentes.
- (D) Proposta de aquisição de equipamentos e material permanente, se houver; e detalhamento dos participantes.
- (E) Cronograma de recebimento de recursos; e Projeto Básico.

QUESTÃO 70

Conforme o disposto no Regulamento de Convênios da ABDI, os recursos transferidos pela ABDI para execução do convênio não poderão, no todo ou em parte, ser aplicados em outras atividades não previstas no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência. São vedações previstas no Regulamento de Convênios da ABDI em relação ao tema proposto, exceto:

- (A) Despesas diversas daquelas aprovadas pela ABDI; e despesas com obrigações trabalhistas alheias ao objeto do convênio.
- (B) Despesas com obrigações previdenciárias e/ou tributárias não relacionadas diretamente com o objeto do convênio; e rendimentos de aplicações financeiras.
- (C) Pagamento de encargos de natureza civil, multas, juros ou correção monetária; e pagamento de taxas de administração, gerência ou similares.
- (D) Aquisição de bens de capital que contribua diretamente no processo produtivo, ou em imobilizações no país ou exterior; e aquisição de passagens e pagamento de diárias e hospedagens de empresários e/ou dirigentes, salvo se estiverem executando atividade prevista no plano de trabalho.
- (E) Despesas de representação sindical; e confecção, aquisição ou distribuição de presentes com finalidades promocionais.

PROVA DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de sua resposta, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
2. A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta; não serão permitidas interferências e/ou participação de outras pessoas.
3. A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva **não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local, que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato.** Portanto, a detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, acarretará a anulação da prova.
4. A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO será o único documento válido para avaliação da prova. A folha rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
5. A resposta deverá ter extensão mínima de 15 linhas e máxima de 30 linhas.
6. O candidato receberá nota 0 (zero) na prova discursiva em casos de fuga ao tema ou ao gênero proposto, de haver texto com quantidade inferior a 15 (quinze) linhas, de não haver texto, de não haver respeito à estrutura textual, de identificação em local indevido, se o texto for escrito a lápis ou caneta de cor diferente da especificada no subitem 2 acima, ou apresentar letra ilegível.

QUESTÃO

As entidades privadas sem fins lucrativos que pretendam celebrar convênio ou contrato de repasse com órgãos e entidades da Administração Pública Federal deverão efetuar cadastramento prévio no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

A partir dessa afirmação: a) avalie a necessidade estabelecida por determinado órgão conveniente que houve por bem determinar que a celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos seja obrigatoriamente precedida de chamamento público; e b) articule as etapas necessárias para a celebração do convênio entre as entidades privadas sem fins lucrativos e a Administração Pública Federal.

FOLHA RASCUNHO

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	